

FASUBRA: RESISTIR É PRECISO

TESE DO GRUPO *INDEPENDENTES NA FASUBRA* AO XXI CONFASUBRA

Poços de Caldas, Minas Gerais, 10 a 15 de abril de 2012

“Porque eu só preciso de pés livres, de mãos dadas, e de olhos bem abertos.”

Guimarães Rosa

Quem somos

O Grupo denominado *“Independentes na FASUBRA”*, integrado por trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais); CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica) e UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) e da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), vem se organizando na base da FASUBRA desde o XX CONFASUBRA, realizado em Poços de Caldas, Minas Gerais, no ano de 2009. Somos da base do SINDIFES (Sindicato dos Trabalhadores das Instituições Federais de Ensino), entidade sindical filiada à FASUBRA e à Central Única dos Trabalhadores (CUT), regida pelos seguintes princípios: ampla liberdade de organização sindical e independência de classe; completa autonomia com relação ao Estado, qualquer instituição pública ou privada, de trabalhadores ou patronal, partidária, religiosa ou racial.

O que defendemos

Nosso pensamento encontra resposta na perspectiva revolucionária defendida por Gramsci, que incitava a criação de organizações capazes de atuar num sentido político-pedagógico, visando tornar a classe trabalhadora mais crítica na realização das suas atividades. Defendemos a educação em todos os níveis e o ensino superior não como um privilégio de classe e sim um direito de todos na afirmação da cidadania

democrática, com a convicção de que a democracia não opera com privilégios e sim com a igualdade dos direitos.

Defendemos as entidades sindicais autônomas, desatreladas de quaisquer aparelhamentos partidários-ideológicos, embora acreditemos na necessidade de os trabalhadores se organizarem em partidos e outras organizações do movimento social. Defendemos uma FASUBRA plural e combativa, entendendo que ela representa diferentes vertentes do pensamento, e que esta condição é que garante a democracia no seio do nosso movimento e a aglutinação de forças para darmos seqüência à luta comum a todos os Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação. Defendemos também a construção da unidade na ação, sabedores de que somente a luta política consciente, crítica e organizada nos dará suporte para o enfrentamento ao capital e aos opressores da classe trabalhadora.

Acreditamos, citando Marilena Chauí, que o sentido e o valor do conhecimento e da ação estão vinculados a uma “atitude crítica com relação ao que nos é dado imediatamente em nossa vida cotidiana”. O pensamento é necessário para “pensar-se a si mesmo” e a ação para “compreender-se a si mesmo”. Ambos, entrelaçados, complementares, são transformadores da sociedade e da realidade. Para nós, o mundo ideal não é aquele em que se pragueja contra as injustiças, mas onde se faz de tudo para repará-las.

Nossa tese não pretende se estabelecer como verdade absoluta. Nós, como o filósofo Sócrates, acreditamos que “o importante para a sabedoria é o que você faz e não o que você sabe, pois o conhecimento modifica o ser, dando a ele as condições objetivas de mudar a sua realidade”. Consideramos que é necessário, sempre, termos a humildade de reconhecer e entender que nada sabemos, que tudo é um processo em permanente construção. Assim, este documento, que agrega as nossas idéias e foi construído a várias mãos, visa somente a nortear a nossa prática no cotidiano das instituições onde trabalhamos e nas entidades onde atuamos, sem, entretanto, ter a pretensão de ser único, fechado e conclusivo.

Conjuntura Internacional

A atual crise mundial pode gerar um novo modelo geopolítico e econômico? Talvez sim, pois ela é sintoma de um modelo de desenvolvimento econômico e social que dá sinais claros de esgotamento. Todavia os países hegemônicos não demonstram vontade política de reconhecer a necessidade de se incorporarem mudanças, novas agendas mundiais ou mesmo de estabelecer um regramento para o mercado internacional de capitais, nem tampouco para as demandas dos países emergentes. Para a classe trabalhadora, então, a palavra de ordem continua sendo arrocho. Porém, agora acompanhada de outras, tais como perda de direitos e de benefícios.

Continente americano

Na América Latina e Caribe, o foco continua sendo a chamada "segurança democrática", que traz em seu bojo a militarização e a construção de polarizações que privilegiam o estabelecimento de acordos bilaterais com os Estados Unidos. As chamadas "ajudas humanitárias" a países vítimas de guerras civis ou de catástrofes climáticas (tais como Haiti, El Salvador e Honduras) revelam-se contraditórias, uma vez que, infelizmente, não há ajuda humanitária sem controle e intervenção militar. A presença militar norte-americana e ou dos seus aliados aproveita crises sócio-ambientais ou contribui para crises políticas visando interferir nos países do continente e garantir principalmente o interesse do bloco hegemônico capitaneado pelos EUA. Num contexto de bipolarização social e política, a mídia exerce papel significativo no controle das informações sobre a realidade a esses países, seja por suas notícias tendenciosas, seja por seu silêncio proposital ou imposto.

Mas os países, principalmente do Cone Sul, vão construindo suas identidades nacionais, alguns acertando contas com o passado (tal como a Argentina), enquanto outros vão abrindo e ou pavimentando caminhos, como o Brasil, Chile, Bolívia, Venezuela e, em particular, Cuba, que segue firme resistindo ao boicote americano,

apresentando invejáveis índices de avanços nas áreas da educação e da saúde. A implementação, nos citados países, de políticas públicas e sociais, mesmo limitadas, permite uma transição mais tranqüila do poder. Estes mesmos países ainda apostam em parcerias com os Estados Unidos, exigindo, porém, que sejam mais igualitárias e respeitadas em relação às suas soberanias interna e externas.

A integração da América do Sul é uma aspiração antiga dos países que compõem o continente. Desde Simon Bolívar, no Século XIX, tal ideal vem sendo buscado. O processo, entretanto, tem sido marcado ao longo do tempo por entraves, discordâncias e polêmicas. Esta é uma tarefa que continuará impondo grandes desafios ao estabelecimento de uma comunidade com certo grau de coesão.

No mundo

Os BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China) são os países em maior evidência no momento e constituem um importante eixo no atual modelo econômico e na nova ordem mundial. BRIC é uma sigla formada pelas letras iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, criada em 2001 pelo economista Jim O'Neill, analista de mercado do grupo de investimentos Goldman Sachs, no relatório intitulado Building Better Global Economic Brics. Segundo André Roberto Martin, professor de Geografia Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), foi feito um estudo de previsão de crescimento econômico no mundo para os próximos 50 anos, e chegou-se à conclusão de que essas quatro nações eram as que mais se destacavam. O documento diz que, nas próximas décadas, esses países ocuparão o topo no ranking das maiores economias do mundo. O BRIC não é um bloco econômico como o Mercosul, nem político como a União Européia ou militar como a OTAN. Trata-se de um conceito que está ligado aos grandes mercados emergentes, mas que nada diz sobre o modelo econômico ou a situação política e social de cada uma de suas quatro nações.

Correndo “por fora”, estão os países árabes, a maioria derrubando governos autoritários de décadas. O ocidente, através da ONU e OTAN, tem participado das

estratégias de mudanças e mesmo as impulsionado, seja pelo uso das armas ou da pressão político/econômica. Tudo começou em dezembro de 2010, na Tunísia, quando um jovem ateou fogo ao próprio corpo após a polícia fechar sua fonte de renda, uma banca de frutas e verduras. O caso, potencializado por denúncias de corrupção do governo, deflagrou uma onda de levantes populares contra o desemprego, a pobreza e a inflação galopante. Em 14 de janeiro, o presidente Zine Al-Abidine Ben Ali (no poder desde 1987) deixou o país.

Com o sucesso do evento, outras manifestações eclodiram em terras do norte da África e do Oriente Médio. No Egito, a nação mais influente da região, 18 dias de protestos foram suficientes para que, em 11 de fevereiro de 2011, o general Hosni Mubarak - presidente no poder havia 30 anos - também deixasse o território e o cargo. Os militares, que se recusaram a lutar contra os civis, assumiram o governo interinamente e se comprometeram a realizar eleições, o que ainda não aconteceu, vivenciando-se neste país um processo de transição bastante conturbado.

Na Líbia, os protestos estouraram de forma semelhante. A população local clamava pela queda do ditador Muamar Kadafi, que mobilizou tropas militares para sufocar a ação da população insurgente. A rebelião foi estimulada pelos acontecimentos da chamada Primavera Árabe, onda de revoltas populares iniciadas na Tunísia e no Egito, países vizinhos à Líbia. A queda dos presidentes de ambos os países mostrou que a mobilização popular contra governantes despóticos podia ter êxito. A rebelião na Líbia teve início em 15 de fevereiro de 2011, na região leste do país, com manifestações antigovernamentais que logo se estenderam para todo o território.

Dentre as lições dessa nova configuração no mundo árabe, é possível afirmar que: na economia, a riqueza gerada com o petróleo não resulta em melhores condições de vida e distribuição de renda e o desemprego, em alta, impulsiona as taxas de imigração para a Europa. Com relação ao idioma, a predominância do árabe facilita a troca de informação entre as populações e isso proporciona certa dose de reconhecimento entre os povos. Na Educação, o crescente acesso à universidade e às informações

fornecidas pela internet levam a juventude a clamar por mais oportunidades de trabalho e maior liberdade política.

Mas, desconfia-se de que esses levantes não sejam genuinamente populares e que eles podem ter sido orquestrados por grupos interessados em tomar o poder, embora ainda não seja possível identificá-los. Segundo o jornalista Miguel Urbano, “os levantamentos populares no Egito e na Tunísia foram espontâneos e inesperados para o imperialismo. Triunfaram ambos, provocando a queda de Hosni Mubarak e de Ben Ali. Na Tunísia, a vitória de um partido islamita moderado nas recentes eleições não representa um problema para o imperialismo, pois tudo indica que as relações dos Estados Unidos e os grandes da União Européia com Tunis serão cordiais, assim como eram com o governo da ditadura. Já no Egito tudo permanece em aberto, porque o povo não aceitou o governo dos militares comprometidos com o imperialismo, e continua a exigir a sua renúncia”. No entanto, é inegável que as mobilizações têm um forte apoio das populações, afirmam especialistas em política internacional. Portanto, o processo de reorganização do capital é ainda nebuloso, mas mostra-se inexorável.

A China é um capítulo à parte nesta nova ordem, com seu acelerado crescimento econômico, a mega indústria, a enorme população, o poderio militar e atômico. Depois da queda do império soviético, a presença do gigante chinês trouxe certo equilíbrio ao poder mundial. Em 1950, a China formalizou um acordo de cooperação com a ex-União Soviética, já que ambas compartilhavam o ideal socialista. Mas Moscou queria que o Partido Comunista Chinês, independente desde 1930, seguisse suas diretrizes. Essa pressão provocou o rompimento de relações entre as duas nações em 1970.

Em 1976, com a morte de Mao Tsé-tung - o líder da Revolução Cultural -, Deng Xiaoping assumiu o poder e introduziu a mercantilização da economia socialista, dando início a um novo modelo de governo: no campo político, o Partido Comunista mantinha um rígido controle da sociedade, reprimindo quaisquer manifestações contrárias à ordem vigente; do ponto de vista econômico, porém, adotava determinadas práticas capitalistas.

O processo acelerado de modernização no país apoiou-se em quatro setores: indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas. Os resultados dessa abertura econômica são conhecidos e têm sido bastante debatidos ao longo dos últimos anos: criaram-se as Zonas Econômicas Especiais na faixa oriental da China, palco de investimentos estatais e estrangeiros. O país abriu sua economia, agora sustentada pelo impressionante crescimento industrial e das exportações, inundando o mundo com bens diversos.

No decorrer da década de 1980, o país abriu ainda mais seu mercado, permitindo a atuação de empresas multinacionais em seu território. Paralelamente, a supressão das liberdades individuais gerou protestos e culminou, em 1989, no massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial, em Pequim. Muitos desses manifestantes acabaram presos, torturados e mortos a mando do governo.

Com a ampliação do parque industrial, os produtos "made in China" começaram a invadir o mercado globalizado. Atualmente a China é o país mais populoso do planeta - com aproximadamente 1,3 bilhão de habitantes (22% do total mundial) - e o terceiro maior em extensão territorial. Os chineses compõem hoje a segunda maior economia mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

No mundo atual, marcado por novas formas de produção cultural e de dominação econômica, o progresso científico e a inovação tecnológica são fundamentais. O desenvolvimento chinês está voltado principalmente para os setores de ciência e tecnologia. A condição *sine qua non* do processo é o investimento maciço em educação dirigida a essas áreas. Se por um lado o modelo trouxe benefícios imediatos para a terra dos mandarins, por outro ainda é cedo para identificar as conseqüências a longo prazo. O custo ambiental do desenvolvimento tecnológico é altíssimo e a China é, hoje, um dos maiores degradadores da natureza. Certamente, os riscos ecológicos gerados pelo desenvolvimento desenfreado serão percebidos a curto e médio prazo.

Europa e EUA

A crise econômica internacional iniciada em nível global no ano de 2007 continua se agravando, e repercutindo diferentemente em vários países do globo. A manifestação da crise é mais intensa dependendo das condições próprias de cada país. Na União Européia, por exemplo, algumas economias estão sofrendo mais que outras, tais como Grécia e Espanha. Os elevados índices de desemprego (na Espanha, quase 22% da população economicamente ativa está desempregada) denunciam um quadro de crise recessiva, e com a economia estagnada, a medida adotada foi o corte dos gastos sociais. A questão é que tais cortes nos gastos sociais não servem somente para tentar solucionar a crise atual. Eles também estão presentes de maneira bastante aguda nos Estados Unidos (na 'queda de braço' entre o governo americano, democrata, e o Partido Republicano), e no Brasil, com as mudanças nas relações trabalhistas.

Em geral, não há um debate próprio de cada país sobre o que fazer no quadro de crise econômica. O que existe em cada caso é a intervenção no debate sobre as concepções de gestão econômica vigentes. Essas concepções se organizam no interior da ciência econômica e refletem posições diferentes sobre os rumos desejáveis para o desenvolvimento econômico, dentre as quais duas são fundamentais: 1. O "liberalismo econômico", que aposta na supremacia e no papel regulador do mercado; 2. Um "intervencionismo mais ativo" que entende que a presença do estado na gestão econômica deve se somar às lógicas do mercado. Pensando na corrente do intervencionismo, os economistas diriam que o quadro na Europa não se deteriorou por conta dos gastos excessivos dos governos e nem por conta dos benefícios sociais da população, e sim por conta de desajustes graves no setor financeiro (que conferiu liberdade demais para o mercado). Já a leitura contrária, própria da visão concorrente, do liberalismo crê na supremacia e maior eficiência do mercado como órgão regulador de todas as relações econômicas. Eles se referem às condições trabalhistas dos europeus como mordomias que desestimulam o trabalho e dizem que, a despeito da crise, os europeus, por conta do excesso de benefícios sociais, se acostumaram a trabalhar pouco.

Nova ordem mundial ou reordenação do capital?

As sucessivas crises financeiras dos últimos anos - não previstas pelos economistas expoentes do neoliberalismo - possibilitaram aprofundar alguns questionamentos relativos ao capitalismo neoliberal, modelo de desenvolvimento econômico hegemônico dentro da Globalização. Muitos pensadores acreditam que o que existe é uma crise de civilização. Tal fenômeno e seus desdobramentos revelaram que o mercado não "regula" a economia e há necessidade de estabelecer critérios de regulamentação da conduta dos investidores globais. Com a crise, o Fórum Econômico de Davos perdeu força, enquanto houve um fortalecimento dos espaços de formulação de alternativas ao sistema neoliberal dominante.

Houve o estímulo a novas proposições e estudos que visam tratar a crise como "oportunidade". Entretanto, os efeitos na maioria dos países centrais no capitalismo internacional ainda são recessão e desemprego, com queda abrupta de renda. A quase bancarrota da Grécia; os bancos europeus atolados em cerca de US\$ 2 trilhões em dívidas e os chamados Piigs: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, enfrentando sérios problemas de recessão, desemprego, crise social e política. Ainda, no cenário europeu ocorreu uma acentuada perda de competitividade das empresas por causa do avanço das economias asiáticas - além da má gestão de redes de proteção social, o que criou muitas dificuldades para a geração de novos postos.

Junto com a crise, os mitos econômicos vendidos como verdades irrefutáveis caíram por terra. Embora tardiamente, há um reconhecimento de algo que há muitos anos o movimento social vem afirmando: o mercado precisa ser regulado. A maior potência econômica do mundo, os EUA, reconhece que a sua cruzada em defesa do liberalismo esgotou-se. Os anos dourados do neoliberalismo e as orientações do 'Consenso de Washington' entraram em crise, ao menos do ponto de vista econômico e ideológico.

Ao mesmo tempo, a crise é também de natureza ética. Todo o sistema histórico de organização da sociedade necessita de uma base de legitimação moral. Com a crise rompeu-se a ética de um sistema fundado em valores que decorrem da máxima "vícios privados, benefícios públicos". A tese do egoísmo exposta por Adam Smith, ao

destacar que “a busca compulsiva do próprio interesse conspiraria para a elevação do bem-estar da sociedade” falhou. A cobiça dos agentes financeiros desatou a crise.

Nesta perspectiva, assistiu-se ao retorno do protagonismo do Estado que havia sido colocado de lado. O Estado deixou de ser o problema para voltar a ser solução. Tornou-se a tábua de salvação do capitalismo – assistiu-se a um derrame de dinheiro público para salvar bancos e empresas. O dinheiro que nunca se tem para aplicar na redução da pobreza e da desigualdade no mundo apareceu para resgatar os interesses dos mais poderosos. O lado positivo da crise encontra-se na possibilidade do fim do unilateralismo e na formação de um mundo multipolar e, sobretudo, no revigoramento das teses do movimento antiglobalização. A necessidade de controle do capital financeiro ganhou fôlego novamente.

O mundo do trabalho

Com relação ao mundo do trabalho neste contexto de crise econômica, é importante lembrar que a discussão de direitos dos trabalhadores arduamente conquistados não é um debate inédito na história das relações trabalhistas das sociedades modernas. Todas as mudanças trabalhistas da 1ª Revolução Industrial (início do século 19) até os nossos dias foram polemizadas. A diminuição da jornada de trabalho de 16, 14 horas até a situação atual em que uma boa parte dos mercados de trabalho pratica 8 horas de jornada foi, àquela época, considerada por alguns como sendo incompatível com o crescimento econômico. Outras mudanças, como direito a férias, dois dias de descanso nos finais de semana, horário de almoço e em especial o seguro desemprego também foram tratados por alguns como elementos que desestimulam o trabalho, que valorizam o ócio.

As mudanças e conquistas dos trabalhadores, embora historicamente polemizadas pelo capital, melhoravam a vida de todos e sempre foi um importante eixo na dinâmica econômica. Ainda, as sociedades modernas evoluíram em vários aspectos, e na economia houve um enorme acréscimo de novas tecnologias, que por sua vez tornaram muito mais produtivo o processo econômico, e isto deveria se refletir no

bem-estar direto de todos que trabalham. Mas, na realidade, a revolução técnico-científica colocada em prática no mundo nas últimas décadas, a automação e a informatização em setores como bancos e indústrias eliminaram milhares de postos de trabalho e não garantiram os avanços sociais reivindicados no curso da história pelos trabalhadores, só favorecendo o capital. Novas modalidades organizacionais, como o remanejamento de pessoal e a redução de custos, também incidiram na oferta de vagas. As empresas tornaram-se cada vez mais enxutas e transferiram boa parte das tarefas para firmas menores, a conhecida e nefasta terceirização. Isso afetou até setores industriais com tradicional uso intensivo de mão-de-obra, como o têxtil e de vestuário. O desemprego resulta ainda de efeitos das políticas dos países, associadas a situações de crise ou recuperação econômica no plano global.

O agressivo ataque dos interesses econômicos é outro fator que altera a realidade do mundo do trabalho. Assiste-se, nas últimas décadas, a uma ofensiva do capital frente ao trabalho, que se manifesta no trinômio flexibilização, terceirização e precarização. A ordem do capital é desregulamentar. Observa-se um processo de desregulamentação de direitos, que compreende as iniciativas de eliminação de leis ou outras formas de direitos, instituídos nos contratos coletivos, que regulam as condições e as relações de trabalho. Trata-se da eliminação, diminuição ou flexibilização dos direitos existentes. O ataque à “normatização” do trabalho é mundial e está relacionado à nova ordem econômica internacional de corte neoliberal.

Novamente se faz uso da conhecida “acumulação flexível”, em voga desde os anos 70, maneira encontrada pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, dessa forma, permitir a reprodução do capital em nível global e sua concentração nas mãos de uma elite econômica globalizada. A acumulação agora é flexível, pois assim é o mercado e, por isso, flexível deve ser o processo de produção e de exploração da força de trabalho. Desse modo, flexível deve ser também a legislação, impondo-se a desregulamentação do ordenamento jurídico de perfil rígido, que, segundo Ricardo Antunes, “permitia o estabelecimento de certos direitos sociais da classe-que-vive-do-trabalho.”

Repensar a organização social do trabalho é uma exigência da nova realidade social. Aumenta a percepção de que o desemprego, a informalidade, as situações de precarização do trabalho não é algo meramente conjuntural, mas se tornou estrutural e está relacionada também à nova forma de organização do sistema produtivo centrado na revolução tecnológica. O capitalismo do 'pleno emprego' não mais existe. É preciso construir uma nova noção de trabalho que supere a visão meramente econômica, que divide a sociedade entre os que recebem e os que não recebem. Entre os que têm emprego e os que não o têm. A crise da sociedade salarial, do emprego, é uma ótima oportunidade para se pensar, debater e avançar em propostas que contribuam para outro paradigma civilizacional que tenha como referência a organização social do trabalho na perspectiva da inclusão social.

Caminhos possíveis

A percepção que orienta essa análise sintetiza-se na formulação de Edgar Morin de que “nossa época de mudanças tornou-se uma mudança de época”, ou ainda na intuição de Gramsci resgatada de que “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu.” Ou seja, o novo está em disputa e é dessa disputa que sobrevirá ou não um projeto emancipatório.

A crise atual não é única e pode ser vista como econômica, ecológica, alimentar, energética e do trabalho. Ainda, o conjunto delas é também acompanhado por uma crise política-ética-cultural. Ou seja, não se trata apenas de uma crise ancorada nas relações de produção, mas também do sentido humano que emerge nessa transição de século. As crises não estão isoladas e requerem uma abordagem a partir da percepção de que “não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte”. Tudo está interligado, entrelaçado, e há uma interdependência.

Na nossa tese, propomos uma interpretação da crise a partir da visão do movimento social em que estamos inseridos e também dos “novos movimentos sociais” – indígena, ambientalista, de gênero, anti-globalização. Tais movimentos sugerem que

no interior da crise já se gestam alternativas que indicam que “outro mundo é possível” e que já existe uma “metamorfose” em curso.

Segundo Alain Touraine, hoje “as mudanças são tão profundas que nos levam a afirmar que um novo paradigma está em vias de substituir o paradigma social, assim como este tomou o lugar do paradigma político”. Atualmente as “categorias culturais substituem as categorias sociais”, onde “as relações de cada um consigo mesmo são tão importantes quanto eram, outrora, a conquista do mundo”. É nessa nova subjetividade, constituída aos poucos, que surgem as novas resistências. Os novos movimentos sociais, as redes sociais, o movimento ambientalista, os movimentos de expressão cultural, os movimentos de gênero, o movimento antiglobalização, são exemplos dos novos paradigmas.

Conjuntura Nacional

Recentemente, o ministro da fazenda Guido Mantega declarou que o Brasil havia saído da retaguarda e passado à vanguarda da economia mundial. A análise rasteira da economia brasileira sempre passou, ao longo de nossa história, por dois extremos. No primeiro, somos os “vira-latas” do mundo, um país repleto de problemas, acostumado aos jeitinhos e malandrags. No segundo, o ufanismo que toma conta de todos e traz como nova realidade o fato de sermos uma potência prestes a emergir para além de nossas fronteiras, ultrapassando países ricos e “civilizados”. Qual é a verdade brasileira hoje?

Na época da ditadura militar qualificava-se a economia brasileira como a oitava maior do mundo. Com a crise inflacionária dos anos 80 e os recorrentes pedidos de socorro ao Fundo Monetário Internacional na década seguinte, o Brasil chegou a cair para a décima posição. Em 2011, o País fechou o ano com sua melhor colocação histórica: a de sexta maior economia do mundo, superando a Inglaterra. Isso se deve ao crescimento brasileiro próximo a 3,5% que fará com o que o PIB - a soma das riquezas nacionais - some US\$ 2,4 trilhões, à frente do britânico. Os ingleses, por sua vez, enfrentam uma dura recessão e também uma crise bancária, como toda a Europa. A

posição à qual o Brasil realmente faz jus é a de quinta economia do mundo e a ultrapassagem à França deve ocorrer em 2012. Com um PIB de US\$ 2,5 trilhões, a França deve continuar em crise, enquanto o Brasil, de acordo com todas as previsões, seguirá crescendo. Assim, a economia nacional seria superada apenas por Estados Unidos, China, Japão e Alemanha.

Segundo dados do IBGE, o desemprego de novembro de 2011, de 5,2%, é o mais baixo desde o início da série histórica. Outro dado positivo é o volume das reservas internacionais: US\$ 352 bilhões. O aumento do salário mínimo para R\$ 622 também contribui para que a economia brasileira continue pisando no acelerador no início de 2012.

O modelo brasileiro atual pode ser descrito como neo-desenvolvimentista, um projeto econômico de corte neoliberal iniciado no governo FHC e intitulado de “inserção subordinada à economia internacional”. Na seqüência, o governo Lula e posteriormente o da presidenta Dilma Rousseff, optaram pela retomada do modelo econômico “nacional-desenvolvimentista” – política econômica na qual o Estado exerce um forte papel indutor na perspectiva do crescimento econômico.

O modelo neo-desenvolvimentista atual caracteriza-se por duas vertentes. Por um lado, tem-se o “Estado Financiador” que, utilizando o seu banco estatal, o BNDES e os fundos de pensão, exerce o papel de indutor do crescimento econômico fortalecendo grupos privados em setores estratégicos. Não é à toa que hoje o BNDES - o maior banco de fomento do mundo - transformou-se na mais poderosa ferramenta de reestruturação do capitalismo brasileiro. Ele tem sido o principal agente de grandes fusões, sempre com o objetivo de fortalecer o capital nacional privado em condições de competir com o capital transnacional. A principal característica do capitalismo brasileiro hoje é a ativa participação do Estado na constituição de novos “global players” (ou grandes empresas nacionais mundializadas) em diferentes ramos da atividade econômica.

Com o governo Lula, particularmente em seu segundo mandato, o BNDES foi decisivo para a conformação de alguns grupos econômicos que em comum, na maioria dos casos, têm o Estado como o indutor do negócio, seja através de empréstimos ou compra de ações. Em outros, o Estado é o facilitador ou ainda assume o papel de sócio. Em todos eles, a ação privilegia o fortalecimento do capital nacional frente ao capital transnacional.

Por outro, tem-se o Estado Investidor, responsável pelo investimento em mega-obras de infra-estrutura que se manifesta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Diferentemente do nacional-desevolvimentismo da Era Vargas, o Estado não é o proprietário de empresas, mas se torna a principal alavanca para criar gigantes privados que tenham capacidade de disputa no mercado interno e internacional.

O PAC é um conjunto de grandes obras de infra-estrutura para alavancar o crescimento econômico do país. Entre as principais podemos citar vultuosos investimentos em obras nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada no Brasil em 2016 e na construção de hidrelétricas – Belo Monte, Santo Antônio e Jirau –, a transposição do Rio São Francisco, a retomada do programa nuclear e a construção e/ou duplicação de rodovias. Há ainda investimentos em ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, saneamento e habitação popular. Na visão de setores do movimento social, o PAC é refém de um modelo de desenvolvimento preso ao século XX, pois se coloca de costas para a problemática ambiental e reafirma a lógica produtivista da sociedade industrial. Exatamente no momento em que se fala em descarbonizar a economia, o país reafirma um modelo tributário ainda da Revolução Industrial.

Ao lado do Estado Financiador e do Estado Investidor, tem-se o “Estado Social”. Assiste-se à retomada do papel do Estado como provedor de políticas sociais, sobretudo de diminuição da pobreza, dentre as quais o Bolsa Família, que é o mais emblemático e conhecido. O governo do PT e seus aliados se caracteriza, ainda, pelo reposicionamento do Brasil na geopolítica mundial. Se no governo tucano a presença do Brasil no exterior era fraca, assiste-se agora a elevação do Brasil à condição de

potência e sua transformação num importante líder global. O país assumiu definitivamente o papel de nação estratégica – política e econômica – no continente latino-americano e faz-se ouvir nos grandes fóruns internacionais. De mero coadjuvante passou a importante protagonista nos debates de fundo da sociedade mundial.

Segundo o sociólogo Francisco Oliveira, a partir da entrada do Brasil no processo de globalização, os tucanos promoveram as privatizações e ganharam prestígio e poder nas empresas privatizadas. Muitos ocupam altos postos nessas empresas. Já os ex-sindicalistas ligados a Lula têm funções importantes nos fundos de pensão, que são grandes investidores nessas empresas. “Formam uma espécie de nova classe social, nesse processo de globalização financeira”. Críticos dessa política dizem que Fernando Henrique Cardoso teria governado oito anos a partir dos interesses paulistas articulados aos interesses do capital financeiro internacional, e Lula a partir da aliança “trabalho-capital” (capital produtivo) sem, entretanto, afrontar os interesses do capital financeiro. Ou seja, o PT no governo não rompeu com a política econômico-financeira do PSDB e tratou de juntar à ortodoxia econômica políticas sociais de forte incidência junto aos mais pobres.

O resultado de oito anos do governo Lula e os dois anos seguintes da presidenta Dilma afirmaram o modelo neo-desenvolvimentista como a rota a ser seguida. A junção do capital financeiro com o capital produtivo acrescido de políticas sociais de diminuição da pobreza tornou-se a plataforma comum a ambos. Para muitos analistas de esquerda, o país foi acometido pela obsessão do crescimento. Fala-se em “crescer, crescer e crescer”. Sonha-se em reeditar o projeto desenvolvimentista de Vargas e JK e transformar o país num canteiro de obras. Fala-se em destravar o país. A meta-síntese do projeto de país do governo é o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC – que pode ser traduzido em: investimentos em Infra-estrutura Logística (Rodovias; Ferrovias; Hidrovias; Portos; Aeroportos); Infra-estrutura Energética (Combustíveis Renováveis; Geração de Energia Elétrica; Transmissão de Energia Elétrica; Petróleo e Gás Natural) e Infra-estrutura Social e Urbana (metrô, saneamento, habitação). Onde

estão os investimentos em Educação e Saúde, que transformariam definitivamente a nação brasileira?

O movimento social no qual nossa Federação sempre se incluiu, e que é identificado como independente e comprometido com os interesses populares, precisa realizar análises críticas dos fatos, e se manifestar de forma contundente sobre tais caminhos. Para o ambientalista Washington Novaes, o Brasil se encontra numa encruzilhada histórica que pode ser decisiva para o futuro de nação soberana. Segundo ele, “um país que tem a biodiversidade que o Brasil possui, os recursos hídricos, a insolação o ano todo, enfim, com tantas riquezas, deveria ter uma estratégia que colocasse esse fator, escasso no mundo, numa posição privilegiada como base de políticas. Mas essa estratégia não existe”.

A grande questão posta hoje é: que tipo de crescimento econômico queremos? Por muito tempo, inclusive na esquerda, acreditou-se que o crescimento econômico traria a resolução de todos os problemas e, particularmente da pobreza. A equação é conhecida. O crescimento econômico produziria um círculo virtuoso: produção-emprego-consumo. Porém, a afirmativa de que apenas o crescimento econômico torna possível a justiça social não é verdadeiro. Será que o grande projeto brasileiro é transformar todos os cidadãos em consumidores?

Nós, do movimento sindical, social e popular, precisamos ajudar a construir um projeto para o Brasil, na perspectiva de oferecer novas contribuições ao debate de qual país queremos, fruto da nossa reflexão sobre questões fundamentais na atualidade. Para isto, é preciso voltar o olhar para a discussão consciente da necessária sustentabilidade para o desenvolvimento local e nacional, que respeite os biomas e as regionalidades, valorizando as experiências que apontam para uma nova economia; sobre o funcionamento das instituições democráticas, pois o exercício da democracia deve ter um efeito pedagógico importante, principalmente considerando-se que este é um ano eleitoral. É necessário que participemos da construção de uma sociedade que seja sustentável com a natureza, tendo em vista as necessidades humanas presentes e futuras, com uma ética solidária, definida desde os setores populares, visando a um

futuro em que sejam consolidados valores da solidariedade, liberdade, democracia, justiça e equidade.

PROPOSTAS

A tese do Grupo Independentes na FASUBRA defende e propõe:

1) POLÍTICA INTERNACIONAL

a) Somos contra o neo-liberalismo ou o neo-desenvolvimentismo na forma que se apresenta; **b)** defendemos a soberania dos povos, frente à crise global do capitalismo; posicionamo-nos contrários à política dos EUA, polo do sistema que oprime grande parte da humanidade e que se mostra incapaz de controlar os colossais déficits do orçamento e da balança comercial, e por isto fomenta guerras por todo o mundo, como alternativa imperialista; **c)** defendemos que o grande capital seja obrigado a discutir e limitar os danos causados ao meio-ambiente e à natureza, e que o mercado restrinja seu lucro em prol da “economia correta”, que proteja o mundo e garanta a sobrevivência do planeta; **d)** defendemos que seja globalizada a luta pela defesa da natureza, a partir da análise de que o capitalismo verde irá avançar justamente sobre os países onde os povos do campo e da floresta ainda estão em seus territórios, e que por isso é necessário interromper imediatamente este flanco do capital, nos posicionando firmemente contra a globalização do capitalismo, que quer devorar nossa natureza; **e)** defendemos a luta para que a economia mundial seja realizada em sintonia com as exigências ecológicas; **f)** apoiar a construção de um mundo socialista em que sejam respeitadas as opções e escolhas de cada país/povo, de acordo com as suas tradições, cultura e peculiaridades; **g)** defender que nossas entidades atuem como parte e resultado num importante processo de mudança, e que para isto tornem-se mais militantes, internacionalizadas e mais abertas à ideia de que devam ser participantes ativas no movimento de justiça social ao redor do mundo.

2) POLÍTICA NACIONAL

a) Propomos a realização de ampla mobilização nacional, buscando unificar aqueles que têm compromisso popular, as forças de esquerda e partidos políticos; **b)** a construção de agenda para pressionar os Governos federal, estadual e municipal a alterar o padrão de intervenção e desenvolvimento do Estado brasileiro; **c)** o desenvolvimento de ações concretas para imprimir regulação pública aos empréstimos de recursos públicos às empresas privadas, condicionando-os à manutenção de empregos; **d)** a proteção ao meio ambiente, com desenvolvimento de políticas de crédito, subsídios e incentivos fiscais que favoreçam os processos produtivos amigáveis ao meio ambiente e os produtos que incorporem serviços ambientais; **e)** o posicionamento contrário e incisivo à “maquiagem verde” do capitalismo e seus novos instrumentos, reafirmando os caminhos do movimento sustentável no Brasil: agricultura camponesa, agroecologia, economia solidária, soberania energética.

3) POLÍTICAS NA ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Considerando que a saúde e segurança do trabalhador não têm um plano de ação estratégico por parte dos governos e que mudar a cultura do capital, que quer lucro a qualquer preço não é tarefa fácil, propomos que a FASUBRA e suas entidades de base se organizem para: **a)** cobrar do governo, com intensa mobilização de todas as entidades dos trabalhadores públicos federais, a efetivação das políticas na área da saúde do trabalhador: promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação dos trabalhadores; melhorias na fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego; integralidade dos serviços de saúde, enquanto pilares do SUS; exigência de cumprimento pelas IES dos aspectos contidos na lei e na normatização do SIASS; **b)** propor e promover a realização de seminários de saúde do trabalhador; **c)** propor e promover a construção de manifestações no dia 28 de abril (Dia Mundial Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho); **d)** incentivar a promoção de encontros locais e nacionais que debatam a temática relacionada à Saúde do Trabalhador; **e)** buscar motivar os dirigentes sindicais a participar das Conferências Municipal, Estadual e Federal de Saúde; **f)** discutir a fragmentação da atual gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos impactos negativos vivenciados na rotina laboral dos trabalhadores; **g)** estimular a representação das entidades a participarem dos

Conselhos da Previdência, visto que tais órgãos estão praticamente desativados por falta de interessados, incentivando a categoria a “reclamar menos e atuar mais”, com o objetivo de, através dessas instâncias, contribuir para mudar a realidade atual.

4) POLÍTICAS DE COMBATE ÀS PRÁTICAS DE ASSÉDIO MORAL

Dentre as situações de violência no trabalho, o assédio moral pode ser entendido como uma forma extrema de violência psicológica e tem despertado grande preocupação e interesse por parte de pesquisadores, profissionais da área da saúde e do direito, dos sindicatos, dos trabalhadores e de empresas, tendo em vista a forma sutil com que se apresenta e suas graves conseqüências para os trabalhadores, o ambiente de trabalho e a sociedade. São vários os entendimentos sobre a definição de assédio moral no trabalho, também conhecido como violência moral, e a compreensão deste fenômeno passa pela identificação de aspectos organizacionais e de valores relacionados ao trabalho. A prática do assédio moral está diretamente ligada à condição de poder, ou seja, quem pode mais oprime quem supostamente pode menos. É no Serviço Público que o Assédio Moral tem se apresentado de forma mais visível e marcante, até mesmo extrapolando o que acontece na iniciativa privada. Isto acontece pelo fato de que no serviço público as chefias e gestores não podem simplesmente dispor do vínculo funcional do trabalhador, o que gera situações ambíguas e difíceis de serem caracterizadas. **a)** A FASUBRA deve se debruçar mais enfaticamente no debate e compreensão da questão, promovendo seminários, encontros, grupos de estudo e trabalho e orientando suas bases a defender os trabalhadores política e juridicamente nos casos de assédio moral. É necessário, ainda, que sejam envidados todos os esforços com o objetivo de se implementarem políticas nas áreas de recursos humanos das IFES, visando a proteger os trabalhadores dessa prática perversa e indigna para com os trabalhadores.

5) POLÍTICAS DE RAÇA, GÊNERO E DIVERSIDADE

a) Que a FASUBRA enfatize a criação de coordenações/núcleos/grupos de trabalho e ou estudos nos sindicatos de base para qualificar o debate sobre questões de gênero, raça e etnia; **b)** investir na formação dos técnico-administrativos militantes que atuam

na luta anti-racismo e anti-homofobia, promovendo encontros, seminários e outros; **c)** realizar cursos de formação de Política Racial para as entidades de base, procurando aprofundar a discussão sobre temas como cotas, políticas de inclusão, ações afirmativas e outras; **d)** organizar junto com as entidades da educação e outros um grande movimento nacional pela aprovação do projeto de lei das cotas e por uma política de assistência estudantil que garanta a permanência do negro e outras etnias na universidade; **e)** apoiar e lutar pelos projetos de saúde da população negra; **f)** incorporar efetivamente a luta pelos direitos da mulher; lutar para a efetiva implantação de plano nacional com as diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas para as mulheres, a partir de debates e discussões entre a sociedade civil e o governo, em construção conjunta; buscar entender as medidas que melhoram a situação das mulheres, procurando apoiar a efetivação das mesmas; priorizar a discussão sobre a autonomia econômica e social, no trabalho, na política, no lazer, etc. das mulheres e no enfrentamento à violência sexista; propor a discussão aprofundada de temas considerados polêmicos (tais como o aborto), a fim de tirarmos posições e resoluções consensuadas sobre os mesmos; **f)** a FASUBRA deve discutir e aprovar resoluções que contemplem o debate sobre as questões relacionadas ao Combate a Homofobia, apoiando o Movimento Homossexual Brasileiro, que não é uma entidade ou órgão. Trata-se de uma série de manifestações sócio-político-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual, e pela promoção dos interesses dos homossexuais diante da sociedade brasileira. As manifestações contra o preconceito que se exerce contra as pessoas homossexuais pode ser sentida desde a década de 40, com especial ênfase a partir da década de setenta, depois da abertura política. Há pouco mais de três décadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais do país decidiram “sair do armário” para formar um movimento organizado, cuja agenda está focada em assegurar suas identidades, seus direitos e garantias civis fundamentais. E, para o grupo LGBT, vencer a resistência conservadora está longe de ser uma tarefa simples. Em 1973, a homossexualidade deixou de ser vista como um distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria e, ao mesmo tempo, foi excluída do Código Internacional de Doenças (CID). No dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças. Na época, a OMS deu a sentença que marcaria apenas o início de uma longa jornada

contra o preconceito: “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão”. Portanto, o movimento sindical precisa incorporar esta luta como uma causa fundamental para o direito inalienável da pessoa humana; **g)** Desde 1991 existe uma lei no Brasil que obriga as empresas com mais de 100 funcionários a contratarem pessoas com deficiências. A lei prevê que uma determinada quantidade de vagas, entre 2% e 5% do número total de funcionários, deve ser reservada para pessoas com deficiência. Como toda medida afirmativa, a lei vem causando grande polêmica e seu cumprimento ainda não é uma realidade para a maior parte das empresas, inclusive o serviço público. Estudos mostram que promover a diversidade no mercado de trabalho traz benefícios para todos, empresas e trabalhadores. Pessoas com formação e visões diferentes sobre os mesmos problemas, com origens, idades, orientações políticas e religiosas diferenciadas, reunidas em um mesmo ambiente proporcionam uma visão mais holística e promovem a criatividade e a inovação. Portanto, as empresas devem cultivar a diversidade como uma estratégia para ampliar a sua visão global e integrada da sociedade em que atuam. Entretanto, como durante muito tempo os deficientes estiveram segregados, a sociedade acabou por reforçar seus preconceitos e nos acostumamos a mantê-los sempre isolados e marginalizados. A FASUBRA deve se posicionar, via resoluções, pela cobrança de ações nas IFES que efetivamente incluam as pessoas com deficiências, tais como: realização de adaptações físicas para receber os cadeirantes (instalações de rampas e de banheiros adaptados), instruções em Braille e sinais sonoros para deficientes visuais e buscar uma inclusão efetiva para os deficientes auditivos etc. e outras, relacionadas a questões comportamentais: montagem do Comitê de Inclusão, formado por trabalhadores das áreas de Recursos Humanos (DP, seleção, treinamento etc.), segurança e medicina do trabalho, jurídico e responsabilidade social, e representação dos sindicatos. Somente ações de treinamento e sensibilização podem ajudar a resolver o problema. Tais atividades deverão ter como objetivo determinar quais os tipos de deficiências que melhor irão se adequar a cada uma das funções existentes nas IFES a partir do cruzamento das habilidades e conhecimentos específicos necessários a cada cargo. A esta informação deve ser somada a avaliação da estrutura física, pela qual serão identificadas as necessidades de adaptações para garantir a segurança e a mobilidade de servidores com deficiências. O programa precisa ser avaliado e acompanhado permanentemente,

para que se corrijam as falhas. Do ponto de vista de desempenho profissional, os servidores deficientes deverão ser avaliados da mesma maneira que qualquer outro trabalhador, desde que sejam oferecidas a eles as condições para a sua permanência e realização do trabalho. **h)** O Plano Nacional de Direitos Humanos 3, representa o resultado de uma longa trajetória em busca de uma sociedade democrática. A FASUBRA deve se posicionar efetivamente em defesa da aprovação urgente do PNDH3.

6) POLÍTICAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS/IES

a) Direitos: Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público; abertura imediata e cumprimento das agendas de negociações e dos acordos salariais; garantia de realização de concursos públicos como única forma de entrada no serviço público federal; nomeação imediata dos novos trabalhadores técnico-administrativos em educação já aprovados em concursos; articulação, em frente amplas, de entidades do serviço público, centrais e outras, além de intervenção junto aos parlamentares, visando à efetiva defesa dos servidores públicos federais. **b)** Benefícios: lutar pelo aumento, reajuste e isonomia dos benefícios conquistados pela categoria (auxílio transporte, saúde, alimentação, auxílio creche etc.); bem como pela reabertura urgente das mesas de negociação de benefícios; **c)** Lutar contra projetos que atacam os direitos dos servidores: Deliberação de ações sobre questões como retirada imediata da pauta do congresso nacional de todos os projetos que atacam os direitos dos servidores - PEC 248/1998 (prevê o fim da estabilidade dos servidores públicos); PLP 92/2006 (cria a Fundação Estatal de Direito Privado); PLS 611/2007 (propõe limitar os gastos com investimentos, entre eles, com o funcionalismo público); PLP 549/2009 (propõe limitar as despesas com pessoal e encargos sociais da União – congelar salários por 10 anos) PL 2203/2011; PLS 710/2011 (propõe regulamentar o direito de greve do servidor público civil e entre as regras, está a obrigação de que permaneçam trabalhando entre 50% e 80% dos servidores, dependendo do tipo de atividade), PL 1992/07 (propõe a criação dos fundos de pensão) entre outros; denúncia sistemática dos partidos e parlamentares que votaram a favor da criação da EBSERH; manter firme posição contra a flexibilização dos direitos. **d)** Deliberação de ações sobre questões

como lutar pela Isonomia Salarial; institucionalização da Negociação Coletiva (definição do árbitro: travar debate com o Governo sobre a concepção de negociação coletiva, em questões como direito de greve, data-base, política salarial, quem vai arbitrar etc.); rejeitar o PL 4497/01 – Direito de Greve no Serviço Público; contra a criminalização do movimento social, dos servidores públicos e das greves; livre direito de organização e de greve; pela ascensão funcional no serviço público; discussão e implementação de alternativas para enfrentamento de ações do TCU em relação aos cortes dos salários dos servidores; dentre outras. **e)** Especificamente para os trabalhadores das IFES propomos: garantir a valorização dos profissionais técnico-administrativos em Educação em sua formação básica e continuada, carreira e salário; garantia do exercício do direito dos trabalhadores das universidades e de seus filhos de zero a seis anos de serem atendidos em centros de convivência infantil, mantidos e gerenciados pela universidade pública, que produz conhecimento sobre infância e tem a responsabilidade social de aplicá-lo em sua própria comunidade; campanha de implantação da Jornada semanal para 30 horas, prevista no Decreto 4836/03; políticas de Pós-Graduação para os TAEs, com financiamento da CAPES, através de bolsas para Especialização, Mestrado e Doutorado; construção de programas de qualificação em gestão pública; deliberação de ações sobre questões como a implantação de valores únicos de diárias em todas as IFES, independentemente da categoria ou classe a que pertença o trabalhador; aumento dos valores das diárias das IFES; aumento do número de FG's e ampliação dos seus respectivos valores; **f)** Regulamentação do art. 71 da lei 8.112/90; lutar para que todos os servidores que trabalham em áreas de fronteira tenham direito a receber o adicional de penosidade. A lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, disciplina direitos e deveres. O art. 71 trouxe um direito aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, intitulado adicional de atividade penosa. Este adicional é devido a todos os servidores civis da União, das autarquias e das fundações públicas que se enquadrem no requisito exigido na lei. Logo, seja o trabalhador Federal do Executivo, Legislativo ou Judiciário, assim como os membros do Ministério Público da União, se cumprir com o requisito exigido tem direito de receber tal adicional. Porém, vale ressaltar que esse direito não é auto-aplicável. Entretanto, os

trabalhadores do Ministério Público da União (MPU) recebem o adicional de previsão legal e os trabalhadores das Instituições Federais de Ensino (IFES) não. É possível afirmar, de forma simplista, que o Ministério Público no Brasil possui autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Utilizando sua autonomia, cabe ao MPU regulamentar por seus próprios regramentos a despesa com pessoal, acrescentando o necessário em seu orçamento próprio e enviando ao Poder Executivo para que o mesmo pague a despesa regulamentada com base em lei, por causa da Autonomia dos Poderes. Já para a regulamentação da mesma despesa no Executivo é necessário que ela passe pelo crivo do legislativo, pois precisa de lei que regulamente a nova situação. No caso em tela, cabe ao congresso nacional regulamentar o adicional de atividade penosa para os trabalhadores das IFES.

7) POLÍTICAS PARA A CARREIRA DOS TAES

Para debatermos nossa carreira é necessário que tenhamos como referência a concepção desta, não esquecendo o histórico de evolução a fim de que não ocorra uma desconexão com nossos projetos estratégicos, dentre eles o da Universidade Cidadã para os Trabalhadores. No aprimoramento do PCCTAE devemos consolidá-lo e não desvirtuá-lo, nos colocando alertas no sentido de reconhecermos que os apelos econômicos muitas vezes vêm revestidos de promessas que darão soluções a algumas demandas, mas que na verdade são geradores de mais conflitos. Precisamos estar atentos para não cairmos na lógica do governo, que vem, há muito tempo, apontando para uma reformulação de nossa carreira, que, segundo ele, “é um ponto fora da curva”. Desde a implementação do PCCTAE e executada a fase de enquadramento, o plano previa uma fase de desenvolvimento do mesmo. Notou-se um desequilíbrio muito grande entre as diversas instituições, pois enquanto algumas poucas apoiaram todo o processo, na maioria delas os gestores, alegando falta de pessoal e de recursos financeiros, não implementaram o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para se vencer este desafio, é importante destacar e reforçar o papel decisivo da CNSC (Comissão Nacional de Supervisão da Carreira) em nível nacional e das CIS (Comissão Interna de Supervisão) em nível de cada Instituição, e entre si – CNSC e CIS. Convém ressaltar que esta ligação não existe, ou se existe é feita de forma pontual. Está em discussão no presente momento um Programa Nacional de Capacitação. É necessário

que este Programa atenda à demanda de todos os Servidores, atingindo todas as Classes (de A a E). Devemos, portanto, apoiá-lo integralmente. Outros itens importantes também merecem destaque, tais como: **a)** VBC – resolver a questão do VBC é resolver um impasse que se arrasta desde o enquadramento. Encontrar uma fórmula que absorva esta rubrica gerada no processo inicial da Carreira, é fundamental para a manutenção dos princípios do PCCTAE; **b)** ampliar os números de padrões de vencimento que atendam à alteração de interstício de 24 para 18 meses, o que faz com que o Servidor atinja o topo da malha com 21 anos de efetivo exercício; **c)** ampliar ainda o quantitativo de níveis de Capacitação, fazendo com que o Servidor se mantenha motivado em busca de uma melhor capacitação; **d)** também é importante que se quebrem as barreiras de classe, permitindo que um Servidor localizado na Classe A possa fazer um Doutorado e ser reconhecido por isso; **e)** implementar a Racionalização dos Cargos, fazendo com que se atualizem os diversos fazeres e, conseqüentemente, a disposição deste dentro das Classes; **f)** manter a paridade entre ativos e aposentados, buscando inclusive que este benefício seja de todos os Servidores e não se constitua uma luta de algumas Categorias; **g)** manter a luta pela aprovação da PEC da Ascensão Funcional, permitindo uma mobilidade dentro da Carreira e fazendo com que seja reconhecido o esforço do Servidor em se qualificar; **h)** pelo restabelecimento dos cargos extintos que continuam a existir, mas sofrem processo de terceirização; **i)** lutar para que o step volte a ser constante; **j)** manter como meta de aperfeiçoamento da Carreira a busca pelo PCU (Plano de Cargos Único); **k)** defender o retorno da linearidade da tabela.

8) POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL

O caderno de resoluções da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), realizada em 2010, é um documento central para as organizações e movimentos sociais que lutam pela efetivação do direito à comunicação no país. Constam no documento propostas que há muito são defendidas pelos movimentos sociais, como a constituição de um Conselho Nacional de Comunicação com poderes deliberativos, e outras bastante recentes, mas que se tornaram centrais nas disputas no processo da CONFECOM, tal como a transformação da banda larga em um serviço em regime público. No documento, constam propostas que apontam para a regulamentação dos

artigos constitucionais que regem a comunicação social no país. Dentre as resoluções, está a que propõe regulamentar o Artigo 221 da Constituição Federal, que trata das finalidades educativas e culturais da programação, da regionalização e da presença da produção independente no rádio e na TV. Também há propostas que caracterizam os três sistemas – público, privado e estatal – previstos como complementares no Artigo 220 da Constituição. E ainda outro inciso do Artigo 221, que trata da proibição do monopólio e oligopólio no setor das comunicações. Entretanto, estão fora das resoluções questões centrais como a separação estrutural das redes (a obrigação de que serviços e infra-estrutura sejam controlados por empresas diferentes) e a instituição do direito de antena (a abertura de espaço nas grades de programação para transmissão de conteúdos de interesse público) para os movimentos sociais. A FASUBRA deve propor a realização de amplos debates sobre temas como marco regulatório no Brasil e defender os princípios e resoluções constantes no documento resultante da 1ª CONFECOM, construído democraticamente com a participação ativa e efetiva do movimento social.

9) POLÍTICAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

a) Defendemos a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis de ensino, para todos os brasileiros, nas áreas urbanas, e rurais; a educação no e do campo; a educação indígena; a inclusão pela educação. Defendemos que recursos públicos sejam utilizados na educação pública, mas é preciso entender as alternativas atuais (por exemplo, o PROUNI) como uma medida transitória para se atender à enorme demanda atual, não absorvida pelas instituições públicas. Mas é necessária a defesa intransigente e contínua da criação de novas escolas de educação básica, média e superior, buscando zerar, no menor espaço de tempo possível, o déficit escolar no Brasil; **b)** Defesa do Projeto “Universidade Cidadã para os Trabalhadores”; **c)** Defesa do Projeto de Lei 8035/2010, que implementa o novo Plano Nacional de Educação (PNE) no país. O PNE é um conjunto de metas do governo federal, formulado com a participação de profissionais e entidades da área de Educação (inclusive a FASUBRA) que definirão as políticas públicas para esse setor pelos próximos 10 anos. A pauta, apesar de obviamente figurar entre aquelas de prioridade máxima para a agenda nacional, infelizmente não tem sido vista como prioridade pelo governo e ou mesmo

pela sociedade brasileira, vide o pouco destaque obtido inclusive junto à mídia. A nosso ver, o aspecto mais importante deste debate diz respeito ao investimento em educação pública, em todos os níveis, no país. O movimento social, em sua maioria absoluta, defende, pelo menos, 10% do PIB brasileiro investido diretamente na melhoria das escolas, remuneração dos trabalhadores da educação, infra-estrutura, metodologia, pesquisa e desenvolvimento do ensino público no país. Pelos desafios que a situação educacional brasileira apresenta é fundamental que ela seja vista como um campo determinante para que o Brasil e os brasileiros avancem em todas as áreas, superando o atraso histórico do país; d) Lutar pela implementação do Piso Nacional do Magistério, em apoio à luta dos professores das escolas de ensino fundamental e médio.

10) POLÍTICAS PARA APOSENTADOS

Reconhecendo as necessidades específicas dos aposentados e sua enorme contribuição à luta dos trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação, é necessário que a Federação, através das suas instâncias, implemente ações pragmáticas e de alcance amplo. Para isto, nossa tese propõe que a FASUBRA invista em aspectos essenciais como: Reafirmação da política de aposentados, bem como a incorporação de novas demandas; Reposicionamento no PCCTAE; Luta pela manutenção das Vantagens Pessoais retiradas dos contracheques; Luta pela aprovação no Congresso Nacional de projetos que beneficiem os aposentados (PEC's 555/2006; 270/2008; PL 53/2011); Luta pela manutenção de progressão concedida no PUCRCE utilizando os certificados que não traziam explícitos a carga horária e que foram desconsiderados no momento do enquadramento no PCCTAE; Unificação e fortalecimento da luta nacional; Realização de encontros periódicos para fortalecimento das lutas específicas; Incentivar e promover a realização de atividades recreativas, culturais e esportivas e outras voltadas para a promoção da saúde, bem como de programas de organização financeira, gestão de negócios e outros que integrem os aposentados em novas realidades.

11) POLÍTICA PARA OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

a) Ações de enfrentamento contra a implantação da EBSEH, que não atenderá às necessidades da população brasileira. O projeto rompe com o caráter educacional dos Hospitais Universitários e tira a autonomia das unidades. É bom deixar claro que o modelo a ser adotado não resolve o problema da falta de pessoal dos Hospitais Universitários, nem da falta de financiamento nas instituições. Precisamos garantir o caráter público da instituição e a defesa do SUS (Sistema Único de Saúde), seus princípios e a gestão pública dos hospitais; **b)** Devemos envidar todos os esforços possíveis na luta contra o Ponto Eletrônico, que vem acontecendo em massa nos HU's, pois as universidades já possuem forma de aferir o ponto de seus trabalhadores. O investimento na aquisição do relógio eletrônico é de aproximadamente R\$6.000,00 com custo alto também em sua manutenção. Ainda, apenas duas empresas no Brasil fabricam tais relógios, o que pode se tornar um importante argumento em favor da nossa luta contra o controle biométrico do ponto. **c)** Cobrar das IES investimento na política de humanização e valorização dos trabalhadores dos HU's, pois é imprescindível melhorar as condições de trabalho e promover a qualidade de vida dos trabalhadores para se alcançar a melhoria nas ações e serviços de saúde. O processo de humanização somente é discutido e implementado para os usuários, sendo que os trabalhadores já se encontram no ambiente que, por si só, já é física e emocionalmente desgastante e propício ao adoecimento. Agravante maior é prática recorrente do Assédio Moral no ambiente dos HU's. Para garantir condições adequadas de trabalho e um atendimento resolutivo aos usuários, é fundamental que os trabalhadores estejam qualificados profissionalmente e preparados emocional e fisicamente. **d)** Cobrar das IES o combate à prática do Assédio Moral nos Hospitais Universitários como causa de adoecimento mental (citamos como exemplo a UFMG, em que 70% dos laudos psiquiátricos do SAST- Serviço de Assistência à Saúde do Trabalhador UFMG são oriundos do Campus Saúde). **e)** Defender a jornada de 30 horas para todos os trabalhadores dos HU's e da IES. Tal jornada é um direito dos trabalhadores dos HU's, que estão expostos aos riscos ocupacionais inerentes à sua atividade profissional. Inclusive, a organização das Nações Unidas (ONU) recomenda a Jornada de 30 horas, argumentando que é o melhor para pacientes e trabalhadores da saúde do mundo inteiro. Ainda, a II Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde de 1993 propôs que, "considerando a natureza da atividade em saúde, a

jornada máxima de trabalho para os trabalhadores de saúde seja de 30 horas semanais". e) Somos contra Adicional de Plantão Hospitalar (APH) e propomos que a FASUBRA se posicione contrária e firmemente com relação ao mesmo. Entretanto, como ele existe, é necessário que sua aplicação seja normatizada conforme a Lei que o regulamenta, visando dirimir problemas e acabar com disputas e conflitos internos gerados pela aplicabilidade do APH: 1)As atividades de plantão não poderão superar vinte e quatro horas por semana; 2) A supervisão da implementação do APH compete às comissões de verificação constituídas nos âmbitos dos Ministérios da Educação e da Defesa, na forma do artigo. 306 da lei nº 11.907, de 2009; 3)As unidades hospitalares devem fornecer às respectivas Comissões de Verificação, no prazo e forma por elas estabelecidas, as informações necessárias ao acompanhamento da implementação do APH; 4)As escalas de plantões referidas no artigo 9º deverão ser afixadas em quadros de aviso em locais de acesso direto ao público, inclusive no sítio eletrônico de cada unidade hospitalar e do Ministério ao qual a unidade esteja vinculada. Defendemos o cumprimento do Decreto, aplicação do APH em forma de rodízio, contemplando a todos, sem disputa interna, de trabalhador X trabalhador.

12) POLÍTICAS PARA A FASUBRA

Nós, trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das instituições federais de ensino, somos a FASUBRA. Somos sujeitos de direitos iguais, ricos em nossa diversidade e pluralidade, em história, culturas, tradições, costumes, valores e espiritualidades. Viemos de diferentes locais, temos trajetórias diversas, e queremos que a FASUBRA seja edificada nesta perspectiva, na abrangência do pensamento sindical plural. Este, para nós, continua sendo o eixo central do debate sobre qual FASUBRA queremos.

Não é possível esquecer ou negar toda a construção da Federação nos seus 33 anos de vida. Podemos e devemos, sim, discutir e buscar reformular o modelo de atuação da FASUBRA, incorporando novos temas e ou ampliando sua agenda: relações internacionais, gênero, etnias, comunicação, cultura, inclusão, e tantos outros aspectos que uma entidade do movimento social precisa.

Qual é a FASUBRA que queremos? Todo o nosso trabalho deve ser realizado através de campanhas e lutas estratégicas conforme a realidade de cada região onde estão inseridas nossas bases, nossa categoria, mediado por uma Federação forte, que dialogue com todos os matizes.

Estamos presenciando algo novo, emanando das bases? Elas se renovam? Uma dinâmica está se constituindo e pode marcar uma etapa importante na organização do nosso movimento? O que se propõe garantirá a participação de todos? A transformação e construção de um novo modelo de Federação é inclusivo ou o discurso fascista, separatista, segregacionista é que dará o tom? O exercício da democracia deve estar a serviço da construção desse novo projeto, entendendo a dimensão nacional do nosso movimento e a contribuição que cada base/entidade dá ao mesmo.

A FASUBRA que queremos deverá levar em conta os limites atuais que vivemos, não somente enquanto categoria, mas também e principalmente em sociedade, e aquilo que nos desafiamos a lutar para enfrentar. E esta luta deve necessariamente passar por aspectos fundamentais como: **Igualdade**, uma busca permanente entre as pessoas, respeitando as diversidades na representação política; **Diversidade**, nas distinções dadas por aspectos de gênero, geracional, raça/cor, etnia, orientação sexual, portadores de deficiência, entre outros. O conceito de diversidade não se opõe ao de igualdade, pois a igualdade busca respeitar as diversidades; **Justiça**, defesa dos direitos humanos, econômicos, políticos, civis, sociais, culturais e ambientais, buscando restaurar os direitos ameaçados, bem como garantir a implementação dos direitos não reconhecidos ou a criação de novos direitos.

Nossa orientação deve ser a defesa contundente contra práticas que beneficiem o interesse privado em detrimento do interesse público (entre essas, o clientelismo, o patrimonialismo, o nepotismo, a corrupção, o preconceito e as discriminações) e contra todas as formas de injustiças e desigualdades.

A Federação deve manter e ampliar sua participação e atuação junto aos espaços da sociedade civil do campo democrático (movimentos sociais, organizações etc.) e nos espaços públicos de decisão (Congresso Nacional, Câmaras Legislativas Estaduais e Municipais etc.). Deve manter e ampliar seus mecanismos de democracia participativa

e direta, inclusive nas propostas de elaboração, deliberação, implementação, monitoramento e avaliação das suas políticas. É preciso inserir e qualificar os novos trabalhadores neste processo de aprendizado, na medida em que assim se qualifica a nossa intervenção, principalmente nos espaços públicos de decisão.

Deve dar continuidade e aprimorar os processos que garantam a transparência na sua atuação, possibilitando o acesso às informações, por meio da disponibilidade inteligível ao conjunto da categoria e da divulgação ampla, permanente e imparcial das decisões. Esta é uma postura ética, essencial à democracia.

Nesta perspectiva, propomos:

a) a refiliação da FASUBRA à Central Única dos Trabalhadores (CUT), por entendermos que o papel desta entidade como articuladora, mobilizadora e mediadora dos nossos interesses contribuirá para a construção da Federação que queremos; **b)** Propomos a entrada e ou o retorno da FASUBRA a todas as mesas de discussão e negociação estabelecidas, pois é necessário que se pense mais nos interesses da categoria, que precisa ter o protagonismo nas nossas lutas, do que nos grupos, tendências e ou partidos políticos; **c)** se o governo trouxe avanços, o reconhecimento é válido, mas é necessário que a FASUBRA faça o enfretamento a ele quando nos ataca e retira nossos direitos, aprovando a terceirização dos HU's; criminalizando a nossa greve e os movimentos sociais; não negociando reajuste salarial para a categoria há três anos; não reajustando o vale alimentação e o auxílio saúde; não normatizando o direito de greve; não normatizando os efeitos do mandato de injunção relativo à aposentadoria especial, dentre outros. A nossa entidade precisa estar, em primeiro lugar, ao lado dos trabalhadores, ao lado dos excluídos, e mostrar sempre, efetivamente, sua indignação contra toda forma de opressão, participando da construção de um novo projeto de sociedade, num país economicamente justo, politicamente democrático, culturalmente igualitário e plural.

ASSINAM ESTA TESE

Grupo "Independentes na FASUBRA" - SINDIFES (UFMG-CEFET/MG-UFVJM)

Grupo "Independentes na FASUBRA" - UNICAMP